



## Transição democrática na Guiné-Bissau: uma análise sobre a mercantilização da democracia<sup>1</sup>

### *Democratic transition in Guinea-Bissau: an analysis of the commercialization of democracy*

Paulo Anós Té<sup>2</sup>  
Artemisa Odila Candé Monteiro<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente trabalho visa analisar o processo de transição democrática na Guiné-Bissau, em especial, da mercantilização da democracia guineense. Para fazer uma leitura da realidade política é preciso considerar os fatores econômicos, sociais, institucionais e os fatores exógenos que contribuíram para a liberalização política e econômica no país. A pesquisa metodológica qualitativa fundamentalmente centrada na análise bibliográfica trouxe em debate os condicionantes/aspectos exógenos e, sobretudo, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional para a liberalização política e a perplexidade existente na adoção ao multipartidarismo. As pesquisas bibliográficas nos evidenciam que não houve um debate qualificado interno para o modelo democrático e a sua evolução está condicionado à carência da estrutura organizacional dos partidos políticos, suas percepções acerca do significado da democracia e pilares fundamentais para o funcionamento democrático. A mercantilização da democracia é o resultado da forma como a Guiné-Bissau aderiu ao multipartidarismo, em que a compra ou a venda de voto é o resultado da ampliação dos interesses particulares em detrimento do povo. Este comportamento tem impactado, negativamente, na consolidação dos princípios democráticos no país. Portanto, para analisar o estado da arte da consolidação da democracia guineense torna-se salutar analisar as instituições políticas, a representação política e os partidos políticos, por constituírem alguns dos elementos importantes para deprendermos o nível da mercantilização da democracia guineense.

**Palavras-chave:** Guiné-Bissau; Transição democrática; Mercantilização da democracia; Instituições políticas.

**Abstract:** This work aims to analyze the democratic transition process in Guinea-Bissau, mainly, the commercialization of Guinean democracy. In order to read the political reality, it is necessary to consider the economic, social, institutional and exogenous factors that contributed to political and economic liberalization in the country. Mythologically, used the qualitative research mainly focused on bibliographic analysis brought into debate the exogenous conditions / aspects and, above all,

1 O artigo é o fruto do projeto de pesquisa intitulado “As dinâmicas das relações raciais na UNILAB e o cotidiano dos estudantes africanos: entre lugar da raça, gênero e sexualidade que se propõe discutir as temáticas, fazendo um dossiê de estado da arte de Guiné-Bissau contemporânea sob a coordenação da professora Artemisa Odila Candé Monteiro. O trabalho não recebeu financiamento para a sua concretização.

2 Bacharel em Humanidades e Graduando em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

3 Professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

those of the World Bank and the International Monetary Fund for political liberalization and the perplexity that existed when adopting multiparty systems. Bibliographic research shows that there was no qualified internal debate for the democratic model and its evolution is conditioned by the lack of the organizational structure of political parties, their perceptions about the meaning of democracy and fundamental pillars for democratic functioning. The commodification of democracy is the result of the way Guinea-Bissau has joined the multiparty system, in which the purchase or sale of votes is the result of the expansion of private interests to the detriment of the people. This behavior has had a negative impact on the consolidation of democratic principles in the country. Therefore, in order to analyze the state of the art of the consolidation of Guinean democracy, it is beneficial to analyze political institutions, political representation and political parties, as they constitute some of the important elements for understanding the level of commercialization of Guinean democracy.

**Keywords:** Guinea-Bissau; Democratic transition; Mercantilization of democracy; Political institutions.

## 1. Introdução

O presente trabalho visa refletir sobre o processo de transição democrática na Guiné-Bissau, em especial, da mercantilização da democracia guineense. Esse processo é examinado a partir de alguns acontecimentos que marcaram a abertura democrática guineense. A mercantilização dos princípios democráticos ou a transformação do voto em mercadoria está em uso no país desde as primeiras eleições gerais até hoje. Esse comportamento não poder ser sondado de forma desarticulada de alguns acontecimentos amplos, que se referem: à adoção ao multipartidarismo; a ausência de um debate nacional com pleitos endógenos; o modelo da democracia a ser adotado; e a forma como as pessoas (líderes políticos) concebiam a democracia. Essas ausências tiveram impactos negativos na vida dos bissau-guineense e na consolidação dos princípios que regem um Estado democrático de direito. Reconhece-se que o tema relação entre eleições e interesses econômicos é amplo, bem como o entendimento da democracia. Entretanto, neste texto, analisa-se o uso de voto assente no conceito de mercadoria ou compra entre os parlamentares.

A região geográfica da África ocidental, hoje conhecida como Guiné-Bissau<sup>4</sup>, foi colônia de Portugal, desde 1446 em que o navegador português Nuno Tristão invade a costa africana. Após vários anos de luta armada, tornou-se, unilateralmente, independente no dia 24 de setembro de 1973, isto é, proclamando a independência do país e a sua liberdade política.

---

4 A Guiné-Bissau é um país localizado na costa ocidental africana, com uma superfície total de 36.125 quilômetros quadrados, faz a fronteira com o Senegal ao norte e ao leste e sul com a Guiné-Conakri e oeste com Oceano Atlântico. O país conta com a estimada de 1.624.945 habitantes (PINTO, 2019). Possui territórios continentais, que correspondem oito regiões: Bolama, Báfata, Gabú, Cacheu, Biombo, Oio, Quinará e Tombali, mais o setor autônomo de Bissau, que é a capital. É um país plano com clima tropical, úmido e quente, com duas estações: a primeira estação começa entre dezembro e abril, e as chuvas começam, normalmente, no mês de maio até novembro. É um país multilíngue, composto por mais de 27 grupos étnicos, cujo território geográfico é muito pequeno e está situado na costa ocidental da África com 36.125k (TE, 2019).

O processo da mudança de regimes políticos, ocorrido entre os anos 1970 e 1990 no Sul da Europa, na América do Sul e na África marcaram o surgimento do debate sobre o pluralismo político assente no processo de transição dos regimes de partido único para multipartidarismo. Essas mudanças podem ser chamadas no campo da Ciência Política como “democracias novas”, a “terceira onda da democratização”, a “democratização e a consolidação da democracia”, dentre outras categorizações. Segundo Barreto (2006 citando Weffort, 1992), essas denominações são utilizadas para designar os países que passaram de um regime autoritário para uma transição democrática. Democratizar estes países significa transformá-los em regimes eleitorais multipartidários.

A “transitologia”<sup>5</sup> surgiu na década de 1980, concentrando-se no estudo dos regimes democráticos eleitorais que foram implantados em alguns países que se democratizaram a partir da segunda metade daquela década, como os países latino-americanos e do Leste Europeu, e início dos anos 1990, como os da África (OSSAGÔ, s/a; VITULLO, 2001).

A "transitologia" tem tentado articular, de tal maneira, uma sistematização teórica a partir das experiências de mudança de regime político, desde 1974, no sul da Europa, na América Latina e na África capaz de oferecer as ferramentas necessárias para estudar outras situações desta mudança política, muitas delas distantes do domínio de aplicação inicial, dependendo dos fatores internos e externos que podem condicionar tais processos (VITULLO, 2001). Assim, a "transitologia" "[...] coloca que isso se constitui um novo significado à luz de uma forma de organização política inédita e distinta da experiência grega, que passa a designar um sistema de regras utilizadas para escolher líderes dirigentes, 'procedimentos para a constituição do governo'"<sup>6</sup>

A África depois do processo da “descolonização” e da independência e, sobretudo, a Guiné-Bissau acabou por adentrar no modelo democrático, mas que até agora não trouxe um bom êxito para os bissau-guineenses, ou seja, a democracia guineense é caracterizada por alguns estudiosos como “um parto difícil”, “uma democratização difícil”, “uma democracia corrompida”, uma “democracia de fachada”, mas neste trabalho denominamos como “uma democracia mercantilizada”, devido às compras de votos e, sobretudo, no período de campanha eleitoral, em que o povo é colocado no centro de “toma lá dá cá”, com narrativas fraturantes da unidade nacional, priorizando o pertencimento étnico dos candidatos. Este processo, contribui com às cíclicas interrupções democráticas que o país vem enfrentando desde a sua abertura política em 1991 até os anos 2020. Para abordar tais questões torna-se salutar analisar as instituições políticas,

---

5 A transitologia é um componente da Ciência Política dedicado aos estudos da democratização, que, por sua vez, tem proporcionada a continuidade lógica à sequência iniciada pelos estudos sobre os regimes autoritários e a sua decomposição (VITULLO, 2001).

6 Huntington (1994 apud CARVALHO s/a, p.1).

suas representações e os partidos políticos por serem alguns dos elementos importantes para depreendermos o grau da consolidação da democracia.

O trabalho está dividido em cinco partes. Na primeira, trazemos um debate que marcou a Guiné-Bissau pós-independência com as discussões focadas no período do partido único e também no processo de transição democrática no final de década de 1980 e o início de 1990. Na segunda, abordamos as questões relacionadas a formação de uma elite política e à emergência de uma nova classe de empresários para a manutenção de *status quo*; na terceira, abordamos algumas questões ligadas à presidência de José Mário Vaz como promessa não cumprida; e na quarta e última parte discutimos o processo da mercantilização da democracia guineense.

## 2. Guiné-Bissau pós-independência

### 2.1 O período do partido único

A soberania nacional que se conseguiu graças à luta de libertação nacional e que permitiu que outrora os menos privilegiados ascendessem socialmente ao poder estatal, não obstante, o processo de elitização no aparelho de Estado ficou evidente, emprestando-lhe apenas outras roupagens. Deve ressaltar que, nos primeiros anos que se seguiram à data da independência política o poder foi monopolizado pelo grupo daqueles que vieram das matas (os que participaram da luta de libertação nas matas da Guiné-Bissau). Num esforço de barrar a ascensão na esfera do poder dos que eram considerados estranhos à luta de libertação nacional, o poder acabou por ficar nas mãos de um grupo restrito de pessoas (CARDOSO, 2004). Nem todos os que vieram das matas ascenderam às hierarquias superiores do Estado guineense.

Percebe-se que após a proclamação da independência em 1973, o projeto político entrou em contradições políticas e ideológicas, que provocou certas hostilidades e um comportamento autoritário entre as lideranças políticas do PAIGC, que provocou a morte de vários combatentes e fuga de quadros (SUCUMA, 2012). Ainda de acordo com o autor,

muitos quadros guineenses que trabalhavam no aparelho de administração portuguesa colonial e conseguiram adquirir vasta experiência profissional em diferentes áreas, tais como docência, administração pública e outros foram exonerados de suas funções, colocando os combatentes que vieram da luta, que não tinham experiência de trabalhar e gerir administração pública, quando que a maioria dos combatentes poderiam ser úteis em outras funções<sup>7</sup>.

Assim sendo, as estruturas do Estado foram ocupadas por pessoas sem a preparação acadêmica e técnica para dirigir o Estado, entretanto, a configuração do estado nacional pós-

---

7 Sucuma (2012, p.136).

independência foi estruturada sem considerar a referida contribuição das massas populares que possibilitaram a viabilização da luta de libertação nacional e as roupagens culturais deste jovem estado-nação. Com alguma margem de segurança, pode-se afirmar que a concentração do poder pós-independência privilegiou a elite política e o conceito da nação não dialogou com os pressupostos anteriores pensados, prioritariamente, para inclusão dos valores endógenos nas estruturas da nação. A construção da nação pós-independência baseou-se numa herança do sistema colonial português.

O período pós-independência foi marcado pela ascensão de uma elite política e pela normatização de um poder elitista resultado de alienação através de um poder político exclusivista. O PAIGC proclama-se como partido-Estado e força política dirigente da sociedade. Trata-se da instalação de um poder elitista, com um pendor concentrado nas mãos de um grupo de pessoas. Devido aos obstáculos encontrados, um número considerável dos intelectuais da luta foi incapaz de aprimorarem-se cultural e politicamente após a independência. A maioria destes intelectuais caíram num conformismo total o que resultou no que J. Forest chama de “political delinkage” (CARDOSO, 2004), reflexo de quatro elementos: 1) a insuficiência de membros do PAIGC para continuar a consolidar os princípios do partido e a construir novo modelo de governação; 2) o recurso dos quadros da administração colonial, que pouco dialogavam com os poderes tradicionais e cosmologias endógenas, para fazer funcionar a administração; 3) a vida dos líderes, direcionada para o consumo; 4) fraca internalização pelos membros do partido dos escritos e das ideias políticas e de descolonização de Amílcar Lopes Cabral (CARDOSO, 2002).

Para colmatar a falta de preparação, os governantes fizeram recursos à estratégia de proclamar -se como intocáveis todas as pessoas que estiveram na linha de frente na luta de libertação nacional, escondendo-se através de uma legitimação histórica da participação na luta armada contra o colonialismo português. Isto posto, Cardoso (2004) assevera que

A elite política atual sofre, por isso, de duas heranças negativas: de uma política repressiva colonial que não deixou que se desenvolvesse uma elite política autóctone e mais tarde, do Estado pós-colonial que, por causa de uma política repressiva de partido único, não permitiu igualmente o desenvolvimento de uma sociedade civil autónoma e muito menos a constituição de uma classe política independente do partido único<sup>8</sup>.

De acordo com o trecho ao autor, percebe-se que a formação da elite política guineense foi influenciada pela política praticada pelo colonialismo português, que optou pela política de assimilação e de integração dos povos colonizados a uma cosmovisão eurocêntrica (CARDOSO, 2002). O cenário começou a mudar paulatinamente, quando o país, no final de década de 1980 e

8 Cardoso (2004, p.13).

início de 1990 foi impingido a adentrar na liberalização econômica e política como a panaceia para resolver os problemas políticos, mas que até agora não foram resolvidos devido à complexidade que o processo apresentou e ainda apresenta.

## **2.2 A transição democrática: um processo complexo**

A questão da transição democrática era um dos assuntos mais interpelados da literatura guineense na década de 1990. Do ponto de vista das instituições e do modelo democrático, a Guiné-Bissau adotou o sistema da democracia liberal do protótipo ocidental desde os anos 1991 até os dias atuais sem, no entanto, uma discussão sobre os pleitos endógenos. O país tem um caminho a palmilhar para a consolidação democrática.

A democratização na África ocorreu nos finais dos anos 1980 e o início dos anos 1990, caracterizada por alguns estudiosos como o período da transição democrática. Assim, estas teorias partem do legado de que o autoritarismo ou a existência do partido único se constituem como um sistema de ruptura com a ordem democrática. Em contraste com o autoritarismo ou o regime do partido único, a democratização consubstancia a um processo de negociação em que o governo é decidido pelo povo através das eleições livres, justas e transparentes, e a retirada dos atores políticos autoritários no cenário político (OSSAGÔ, s/d). Existem várias teorias das Ciências Políticas e da Sociologia Política que explicam o processo da transição democrática, dentre as teorias alguns destacam com base em O'Donnell e Schmitter de que a “concepção de democracia, que se tornou hegemônico entre os teóricos da transição, baseia-se na ideia de incerteza derivada da teoria dos jogos. Mesmo admitindo que a democracia deve implicar a extensão da cidadania, a inclusão política e a extensão da agenda social”<sup>9</sup>.

Por transição democrática entende-se como um período, de duração com um tempo variável, que ultrapassa a queda de um regime não democrático, e a sua substituição por um regime democrático e o controle das redes de poder. Em outros termos, ela inicia com a liberalização do antigo regime e adoção ao pluripartidarismo e, conseqüentemente, outorga a formação do governo resultado das eleições e, em simultâneo, a regulação das instituições e dos poderes para evitar o abuso do poder (VITULLO, 2001). Assim,

no caso concreto da transição democrática, esta é considerada terminada quando o novo regime logra instituições regulares e uma constituição majoritariamente acatada e quando as novas autoridades conseguem impor sua supremacia aos militares ou às nomenclaturas que anteriormente detinham o controle do aparelho estatal<sup>10</sup>.

9 Avritzer (1995, apud Ossagô, s/a, p.10).

10 Vitullo (2001, p.53).

O trecho do autor nos leva a perceber que a liberalização política envolve uma disputa de poder e de tensões entre os atores políticos, isto é, percebe-se que nos blocos autoritários pode haver uma divergência, indagações e um conflito político que pode condicionar a queda do regime do partido único ou do sistema autoritário. Para Adam Przeworski (1994, apud Ossagô, s/a.), a “liberalização significa ‘abertura’, ‘distensão’, ‘renovação’ ou ‘reconstrução’”. Sendo neste caso entendida como um ato político para adoção ao pluripartidarismo político.

O final de década de 1980 e o início de 1990 vai marcar o prelúdio da abertura política com uma renovação no Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e debates internos com vistas a adequação com as regras do "jogo democrático". Assim, no dia 5 de maio de 1991, foi abolido o IV que dava o PAIGC como “a força política dirigente da sociedade e do Estado” e o VI artigo que dava ao PAIGC como “expressão suprema da vontade soberana do povo”<sup>11</sup>. Um período marcado pela sobreposição com a liberalização política, configurando um complexo processo de imbricação entre as dimensões econômicas, sociais e políticas (CARDOSO, 2004). Com a queda dos dois artigos, foi outorgada a possibilidade de criação de outros partidos políticos para disputar com o PAIGC no plano político, a “caça dos votos” e, conseqüentemente, a liderança do país. Mesmo com as perplexidades, as resistências e o “braço de ferro” dentro do PAIGC, o partido acabou por alinhar-se a nova conjuntura política imposta.

Para o cumprimento das exigências do modelo democrático era necessário a criação das leis que abrissem a possibilidade dos cidadãos para a participação política e das leis que assegurassem os direitos fundamentais num Estado Democrático de Direito. Neste âmbito, caiu por baixo através da lei 1/91 de 29 de maio que permitiu a revisão da constituição de 1984. Posto isto, foram criadas as seguintes leis:

A lei n 2/91, de 9 de maio, que regulamentou o surgimento dos partidos políticos; a lei n° 4/91, de 3 de outubro, sobre a liberdade de imprensa; a lei n° 6/91, de 3 de outubro, sobre a criação do conselho nacional de comunicação social; a lei n° 7/91, de 3 de outubro, sobre o direito de antena e réplica política; a lei n° 8/91, de 3 de outubro, sobre a liberdade sindical e a n° 9/91 sobre o direito à greve e; a lei n° 3/92, de 6 de abril, sobre o direito de reunião e de manifestação [...] a despartidarização das FARP e extinção de polícia política e a adoção de princípios consignados na declaração universal dos direitos do Homem<sup>12</sup>.

Estas leis marcaram o processo da legalização e da criação de vários partidos políticos para disputar o poder estatal com o PAIGC no plano político e ideológico. Assim, em 1994 o país vai inaugurar as suas primeiras eleições gerais, vencidas pelo PAIGC, um período marcado por certas incertezas no que concerne à veracidade dos resultados. Depois destas eleições, a esperança dos bissau-guineenses e da comunidade internacional era que houvesse, na verdade, a democratização

11 Mendy (1996, apud Té, 2019, p.20).

12 Semedo *et al.* (2009, apud Té, 2019, p.21).

no país, a despessoalização do poder político e das instituições da república, fatos que não aconteceram no país (Té, 2019).

Na Guiné-Bissau, desde abertura do multipartidarismo em 1993 até o ano de 2019 foram realizadas no total seis (6) eleições presidenciais. Entretanto, durante este período de vinte e cinco (25) anos, o único presidente a cumprir os cinco (5) anos de mandatos estipulados na Constituição da Guiné-Bissau (CGB), foi a sua excelência José Mário Vaz, que também, veio a contribuir em parte com a velha conhecida instabilidade política, com nomeação, em uma única legislatura, de oito (8) Primeiros-ministros. Vale lembrar que, à semelhança das eleições presidenciais, neste mesmo período de vinte e cinco (25) anos, foram realizadas sete (7) eleições legislativas, sem que houvesse o término do mandato do governo, e que de acordo com a CGB, o mandato do governo é de 4 anos, por um lado, e, por outro, uma guerra civil em 1998, e sucessivos golpes de estado, assassinatos de figuras políticas e civis.

Quando ao assunto em averiguação, percebe-se que a transição democrática no país não pode ser compreendida, exclusivamente, por transição e reformas, ou em outros termos, como uma transição assinada através do pacto e das imposições exógenos. No país, houve uma mistura das duas transições – da transição por transformação/reforma e transição por ruptura. A primeira começa de cima para baixo através das imposições dos organismos internacionais, e que culminou com abertura política no país, e a segunda se baseia numa ruptura radical com o antigo regime, que resultou na formação de outros partidos políticos com o fito de disputar no plano ideológico e político com o PAIGC (PINTO, 2019). Assim, a transição ocorrida no país se deu através de uma política de controle em que as elites políticas influenciavam e controlavam o sistema político, o que permitiu uma negociação assimétrica entre as elites autoritárias e as oposições emergentes no cenário político guineense (MARENCO, 2017 apud PINTO, 2019). Isto resultou no desequilíbrio dos poderes estatais e na falta da maturidade política dos partidos de oposição, que se viam como inimigos políticos.

Na base disso, percebe-se de acordo com as características da transitologia que a Guiné-Bissau só cumpriu um estágio da transição democrática, que é a abertura e a liberalização, mas não conseguiu cumprir o segundo, que se refere à interiorização das regras democráticas, ao fortalecimento da sociedade civil, à regularização das eleições e à reforma das estruturas estatais (BARRETO, 2006). Os procedimentos das eleições não são as únicas bases do regime democrático, mas constitui um dos principais mecanismos de alternância de poder, através dos mecanismos da mudança das estruturas estatais e, conseqüentemente, a prestação de contas e as transparências no gerenciamento dos fundos públicos. O sucesso ou não do regime democrático depende do desempenho da elite política em adotar as regras democráticas (BARRETO, 2006). Ao que parece,



o caminho escolhido na Guiné-Bissau é a subversão destas regras.

Subjacente a isto, Barreto (2006), citando O'Donnell, afirma que a competição eleitoral não é suficiente para medir a democratização de um Estado ou para impor um controle necessário e eficiente sobre os atores políticos e propôs um modelo de *accountability* que deve funcionar de modo horizontal, por meio da efetivação de órgãos de controle das instituições e dos atores políticos. Para isso, deve haver uma eleição livre, justa, transparente e a extensão dos direitos fundamentais.

Averiguando a questão da institucionalização da democracia na Guiné-Bissau, tornou-se salutar analisar o grau da legitimidade do novo regime democrático no país, as dificuldades para a sua idealização e os desafios enfrentados para instalar regras claras do jogo democrático que o país anela com as instituições democráticas. Estas instituições têm mais probabilidades de funcionar caso possam contar com o apoio da sociedade em geral. Assim, a democratização consiste, no ajuste entre a livre operação do sistema político e a compreensão do significado atribuído pelos atores políticos à democracia (HURRELL, 1993 apud OSSAGÔ, s/a.). Em complemento aos fatores supramencionados, deve haver o entendimento profícuo do que se vive no país e, para tal, há uma necessidade da ampliação dos conhecimentos a respeito do poder e da participação ativa da população guineense em defesa do bem coletivo. Deve haver uma educação política centralizada na educação participativa dos bissau-guineense como atores sociais e políticos.

O processo da democratização no país está marcado por grandes desafios no que diz respeito à consolidação dos princípios democráticos, devido as cíclicas instabilidades políticas e instituições, que inibem o país de construir um Estado Democrático de Direito que se anseia. O fato pode ser caracterizado por fragilidades internas, pelos sucessivos golpes de estados, perseguições políticas, tentativas de silenciar as pessoas, golpes “institucionais” e assassinatos de figuras públicas de forma enigmáticos, fatos que contribuem significativamente na não consolidação do modelo democrático no país (TÉ, 2019). Assim, as crises institucionais que vêm ocorrendo desde os anos 1994 até os dias atuais mostram que

elas resultam de múltiplos fatores –econômico, social, conflito de coabitação entre Presidente da República e Primeiro-Ministro, crise intrapartidária, etc. Entre esses fatores, o conflito entre o Presidente da República e o Primeiro-Ministro tem ganhado papel de destaque nas explicações das sucessivas crises que acontecem em Guiné. A falta de coabitação política entre os dois tem levado as frequentes quedas dos governos. [De 1994 a 2019] nenhum governo/Primeiro-Ministro conclui mandato. Todo o Presidente eleito pelo voto popular, exceto Malam Bacai Sanhá, demitiu e teve conflito de coabitação com o Primeiro-Ministro<sup>13</sup>.

---

13 Pinto (2019, p.97).

Desde a abertura democrática até os dias atuais, as instituições da República foram administradas por diferentes atores políticos. As informações contidas dão conta de sucessivos golpes militares, assassinatos e perseguições políticas. Por isso, é necessário a mudança de mentalidade e de procedimentos e fazer modernizações necessárias, em particular no setor político-militar do país. A modernização deve consistir na criação de condições das Forças Armadas acompanhada pela mudança de mentalidade, procedimento e comportamentos dos políticos e governantes do país que têm por necessidade darem bons exemplos da boa governação das coisas públicas (MENDES, 2010).

Portanto, para Pinto (2019), a consolidação democrática no país é um desafio em função da configuração institucional que resultou do próprio processo de transição como uma imposição exógena e sem um debate qualificado para o pluralismo político com pleito endógeno. Somando a isto, percebemos que há uma ambiguidade no que concerne ao poder do presidente da República e do Primeiro-Ministro e, conseqüentemente, há uma maior concentração do poder na figura do presidente da República.

Portanto, a democracia guineense encontrou um entrave mesmo da sua implementação no país, problemas que, ao nosso ver, precisavam e ainda precisam ser compreendidos e tratados com mais cuidados para atingir a democracia que se almeja. Para o sociólogo guineense Mendes (2010), há que se pensar numa mudança de mentalidades que se consubstanciaria na criação de um modelo de governação temporário, baseado no consenso nacional, e pela transformação profunda de todos os níveis: social, político, educacional, e a cosmopercepção<sup>14</sup> coletiva e individual.

É preciso que haja mudança e a coerência entre a teoria e a prática dos políticos, ou politiqueros. Estas mudanças devem começar pelo compromisso dos políticos com relação às promessas feitas durante as campanhas eleitorais e na “caça de voto”. O país precisa de estabilidade política, de um governo que aja para atender as demandas da população e não do interesse de um grupo que, em função do aparato militar ou estatal, tendem a comportar-se de forma corporativa. Entretanto, o Estado, através do governo deve criar as condições necessárias para ampliar o acesso à educação e à justiça, e com as leis para assegurar os direitos fundamentais consagradas na constituição do país.

### **3. Formação de elite política e a emergência de uma nova classe de empresários: a manutenção e a renovação do *status quo***

No presente tópico, procuramos analisar a formação da elite política guineense e a

---

14 O termo “cosmopercepção” é uma maneira mais inclusiva de descrever a concepção de mundo por diferentes grupos culturais (OYĒWUMÍ, 2002, p.3).

emergência de uma nova classe de empresários que se configuram no cenário político guineense pós-liberação econômica e política, e que são hoje, a maioria deles, atores políticos do Estado guineense. Ou seja, a política guineense está sendo orientada sob as diretrizes de empresários e políticos vinculados a interesses partidários e corporativos hegemônicos.

Toda a sociedade tem uma elite, isto é, um conjunto de pessoas que exercem funções de decisões na economia, política, administrativa, cultura e religião. O termo elite política refere-se

ao mundo do poder, designando aqueles que possuem, entre suas características, algumas que lhes conferem a capacidade de conduzir a vida política das comunidades a que pertencem. Conhecimento, riqueza, prestígio, poderio militar, desenvolvimento tecnológico, lugar de nascimento, competição pública e, também, mérito são as principais fontes de poder das elites políticas em todo o mundo<sup>15</sup>.

A título de exemplo, podemos destacar Vilfredo Pareto (1984), Gaetano Mosca (1991) e Robert Michels (1982)<sup>16</sup> como autores que contribuíram para os estudos ligados ao elitismo político. Estes autores demonstram como as elites dominam as massas nas sociedades, através de estratégias para conquista dos votos, da monopolização dos principais cargos públicos e da maximização dos seus interesses através dos aparatos estatais. Adriano Codado no seu artigo “Apresentação: Robert Michels, Gramsci e a ciência política contemporânea” afirma que nas democracias representativas, o partido político é um elo por excelência da representação. Eles são os mecanismos institucionais importantes na vocalização política. É através deles que os diferentes grupos sociais costumam exprimir as suas indagações, reivindicações e interesses, assim com as suas participações da formação das decisões públicas.

Na Guiné-Bissau, nos últimos quarenta anos, houve a formação e a recomposição da elite política. A história de formação da elite política guineense, que remonta ao início do século XX, é feita de continuidades, da descontinuidade e de rupturas. Ela é marcada, principalmente, por três momentos importantes: “1) a implantação efetiva do colonialismo, 2) o fim da luta armada e os primeiros esforços de construção nacional e 3) a vaga de liberalização dos inícios dos anos 80, que culminou com a abertura ao pluralismo político nos inícios dos anos 90”<sup>17</sup>.

A sociedade guineense está em constante transformação social, cultural, política, econômica e histórica. O país tem mudado muito ao longo dos anos desde a independência até os dias atuais. Se é para melhor ou para pior, dependerá do ponto de vista de cada pesquisador/a, ou seja, do enfoque e de prisma analítico de cada pessoa. Neste trabalho, com uma margem de segurança,

15 Vasconcelos Raposo (2019, p.160).

16 São autores fundadores do elitismo político como doutrina filosófica e também como objeto de estudo. Como doutrina filosófica, fundamentou tomadas de posição e regimes autoritários, inclusive fascistas; como estudiosos da política, favoreceram parâmetros e teses para análise que foram desenvolvidas posteriormente.

17 Cardoso (2002, p.01); Cardoso (2004, p.10).

podemos afirmar que a estrutura social e a composição da elite política guineense continuam tendo um pendor elitista.

É importante colocar e responder sérias perguntas sobre o processo da formação da elite política e a emergência de uma nova classe de empresários e sobre as dinâmicas sociais que pairam a sociedade guineense nas suas múltiplas dimensões. Das múltiplas questões a serem colocadas podemos questionar o seguinte: quais são as forças sociais e os atores mais destacados das transformações políticas e econômicas? Quais os critérios que movem a sede pelo poder político? O poder militar? A atividade econômica? O poder de decidir sobre a vida dos bissau-guineenses estaria na mão de um grupo? Em que investir para assegurar o futuro dos nossos filhos? Em educação, o comércio, em pontas ou em outras propriedades rurais, para garantir uma renda segura? Ou encontrar na política um caminho para enriquecer? (AUGEL; CARDOSO, 1996). Estas indagações fazem parte da sociedade guineense, valendo para os diversos segmentos da sociedade guineense fazerem uma leitura holística dos fatos.

A liberalização econômica e política abriu a “porta” para o surgimento de uma elite econômica e política na qual o individualismo se opõe à coletividade. Durante este processo surgiram duas vozes,

vozes reclamando a necessidade de uma elite empresarial, apelando para o apoio do estado à iniciativa privada, declarada como sendo a única saída do marasmo econômico-social. [...] Outros declaram o fortalecimento e a renovação das estruturas políticas e administrativas e da capacidade de liderança da elite intelectual como condições prévias para qualquer progresso, opiniões e posições que nunca podem ser vistas como estando fora do contexto dos interesses pessoais<sup>18</sup>.

Com as colocações dos autores, pode-se perguntar: que elite empresarial e que elite intelectual seria essa? O que se vê, na verdade, é uma elite política desprovida de uma capacidade reflexiva capaz de orientar o país para o desenvolvimento com pleitos endógenos atendendo às necessidades do país e seu desenvolvimento político, econômico, social e cultural.

Assim, Augel e Cardoso (1996) chamam esse progresso como a “economia dos contentores” que, certamente, não são os mais inovadores e exploram os elementos naturais do que trazem. Essa elite econômica aproveita da fragilidade do Estado e das instituições guineenses para dilapidar o próprio Estado. A referida elite descuidava-se nos gerenciamentos supérfluos e cada vez mais com um pendor pessoal do que coletivo. Os novos-ricos destacam-se, progressivamente, na nova economia liberal como os indivíduos mais capazes de manipular a economia e tendo meio caminho andado para influenciar as tomadas de decisão e, quem sabe, aceder ao poder político (CARDOSO,

---

18 Augel & Cardoso (1996, p.155).

2002). São esses novos-ricos que estão no gerenciamento da máquina administrativa do país pós-independência e que em parte não se traduz na melhoria da condição do povo.

As situações econômicas impostas pela nova ordem econômica mundial e pela cooperação internacional na década de 1980 modificaram e eliminaram uma parte da “soberania” nacional guineense em que o próprio Estado passou a ter a menor responsabilidade no que concerne as políticas públicas para o melhoramento da população guineense. Com essa política, a ênfase principal é a não interferência do Estado na economia e que a economia deve basear-se no princípio de livre jogo das forças de mercado, fatos que garantiriam o desenvolvimento social e político do país. Entretanto, o desenvolvimento do país foi adiado mais uma vez. Nesta linha de argumentação,

o setor da educação, reflete as desigualdades entre o campo e a cidade, como também um dos fatores que agravam os antagonismos existentes. A falta e as deficiências de infraestruturas educacionais, como aquelas na área da saúde e outras, são o resultado de concentração da oferta e em algumas cidades do interior. Ela faz parte de todo um conjunto de centralização administrativa e política e com isso de estruturas orientadas para Bissau e o autoprivilegiamento das camadas dirigentes do país. E, enfocando o mesmo fato pelo lado oposto, vê-se como consequência o abandono do campo por parte do estado. Os desequilíbrios produzidos são constantemente reforçados pela migração interna, sempre seletiva, que tem como um dos motivos a procura de melhores oportunidades da educação<sup>19</sup>.

Para a maior maioria da população, tanto urbana como rural, o acesso adequado aos serviços de saúde continua a desejar, e também não existe o acesso a outros elementos essenciais para o bem-estar físico e psicológico. A escola continua a ser um espaço de privilégio de uma camada mais favorecida em detrimento às outras. Sendo assim, a transição liberal foi um processo marcado por três traços principais:

1) a incapacidade do Estado em continuar a ter um papel central na economia e a consequente retração da classe burocrática de Estado na gestão [no gerenciamento] dos assuntos econômicos; 2) a emergência de uma nova classe de empresários, cuja base econômica assentava nos empréstimos concedidos pela comunidade internacional; 3) a introdução de critérios mais rigorosos nos gastos públicos [...] os novos ricos começaram a destacar-se na nova economia liberal como os mais capazes de manipular a economia e com influência crescente nas tomadas de decisão<sup>20</sup>.

O rejuvenescimento da elite política guineense não se traduz numa alternativa política nem, tampouco, na interiorização dos princípios democráticos, porque essa elite política está desprovida de cultura democrática, de programas políticos coerentes para o desenvolvimento do país. Assim sendo, a política se traduz como um campo para enriquecer. Dentre os argumentos apresentados,

---

19 Ibidem, 191-192.

20 Cardoso (2004, p.13).

percebe-se que os deputados são cooptados por algumas ilusões monetárias o que contribui para fragilizar as instituições democráticas no país. De forma sintética, Cardoso (2002) abona que a “pessoalização das divergências políticas tem sido, aliás, um marco importante do jogo político, predominando mais a acusação mútua do que um debate de ideais”<sup>21</sup>. As figuras transmutaram-se, mas as práticas antidemocráticas continuam a ser as mesmas. O diálogo entre os partidários deixa a desejar. Os partidos políticos são vistos como “inimigos” políticos do que adversários políticos e ideológicos. Portanto, há um absentismo de diálogo construtivo e crítico em que deveria prevalecer os interesses do povo guineense em detrimento dos interesses obscuros e/ou particulares.

#### **4. Presidência de José Mário Vaz (JOMAV): a promessa não cumprida?**

Nos dias 13 de abril e 18 de maio de 2014, os guineenses foram chamados a exercerem os votos. De acordo com os resultados, os guineenses deram a maioria ao PAIGC na ANP e elegeram o José Mário Vaz (JOMAV). No segundo turno, JOVAM foi eleito com 61,90% dos votos. A Organização das Nações Unidas (ONU), a União Europeia (UE), a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a União Africana (UA) e a Comunidade Econômica dos Estados de África Ocidental (CEDEAO), que enviaram missões de observação eleitoral, parabenizaram o país pela forma como decorreram as eleições de forma pacífica sem incidentes graves que pusessem em causa a transparência do processo eleitoral.

Depois da tomada de posse de deputados no parlamento guineense - constituído, maioritariamente, por deputados do PAIGC -, o presidente eleito tomou posse na presença de milhares de populares, vários chefes de Estado da África, representantes de países e das instituições internacionais acreditadas no país. No seu discurso de 45 minutos da tomada de posse como novo presidente do país, JOMAV demonstra estar sensível aos problemas da pobreza como um mal que flagela os guineenses, homens e mulheres, à miséria e às instabilidades políticas, económicas e sociais. No seu discurso o ex-presidente assumiu o compromisso de respeitar a constituição e demais leis do país. Consciente de tais problemas, ele fez lembrar das suas prioridades que anunciou durante a “caça de votos”, isto é, o combate a pobreza e a corrupção. Isto posto, ele afirma

à primeira vista parecer, [que] a instabilidade política e governativa não é a causa dos nossos problemas, é antes sim, uma mera consequência da pobreza e subdesenvolvimento que nos propomos desafiar. Por essa razão, o combate à miséria e à pobreza que assolam a nossa população na sua esmagadora maioria e a missão principal a que propomos depois de termos percorrido todo o país no quadro da campanha eleitoral para a presidência da República e este propósito

---

21 Ibidem, 26.

dominará a nossa magistratura nos próximos cinco anos [...] [todas as ações do dirigente do Estado deve basear-se na] melhoria das condições de vida das populações a cada dia que passa<sup>22</sup>.

Como ele pode não destacar as instabilidades políticas e governativas como a causa dos problemas do país? A pobreza no país não seria o resultado das instabilidades políticas? Com as sucessivas quedas de governos, como pode haver políticas de combate à pobreza e à miséria? Estas questões são importantes para entender o problema em análise. Cabe salientar, que pensar o desenvolvimento, o combate à pobreza e à miséria sem a estabilidade política, seria uma utopia. Com a estabilidade política, os governos conseguirão concretizar os seus programas e as metas traçadas para combater o problema em questão. Ainda no seu discurso, o ex-presidente assevera que,

perante o exacerbamento das dificuldades públicas, àqueles a quem está confiado o leme do Estado não resta outra atitude que não a de nutrir o desejo e o dever sincero de acertar, de conversar, de dialogar, abrir todas as válvulas à liberdade que aparelhem todas as opiniões e que provoquem o concurso sincero de todos para chegarmos a um resultado honesto, seguro e tranquilizador. Esta condição encontra o seu fundamento no princípio da cooperação institucional estratégica entre o Presidente da República, o Governo e a ANP, entre o Presidente da República e todas as forças políticas, entre o Presidente da República e todas as forças vivas do país numa verdadeira cena de governação democrática da nação. Passa por aí, também, [n]a criação de condições favoráveis para que finalmente se alcance a almejada estabilidade na vida política e social, em especial, na governação do país. [Assim o presidente da República propôs] exercer esta magistratura em diálogo permanente com os vários órgãos de soberania e partidos políticos, no respeito do papel de cada um e em condição de equidistância e isenção em relação a todos<sup>23</sup>.

O então Presidência demonstrou, ao longo dos 5 anos de sua magistratura, várias incongruências e não cumpriu, praticamente, as promessas feitas durante as campanhas eleitorais e durante o seu discurso de tomada de posse. Ele demonstrava que iria ser um presidente de unidade e de concórdia nacional o que não passe de uma ilusão para a Guiné-Bissau, visto que, o ex-presidente só teve o êxito no seu primeiro ano na presidência, e depois disso, entrou-se em uma guerra desnecessária que levou o país a viver durante quatro anos numa instabilidade institucional, política, social e governativa que conduziu, em consequência, uma maior divisão da sociedade guineense. O ex-presidente não foi equidistante e nem isento como prometeu no seu discurso.

No mesmo discurso, ele afirma trabalhar em colaboração com o Governo, e colocará o acento tônico no processo de descentralização, através da realização das eleições autárquicas, o que permitiria a descentralização do poder. Assim sendo, “descentralizar é confiar a capacidade; confiar

---

22 Guiné-Bissau (2014, s/p).

23 Ibidem, (s/p).

a capacidade é responsabilizar; responsabilizar é inculcar a cultura de prestação de contas e a transparência na gestão das coisas públicas”<sup>24</sup>. Todas as propostas colocadas pelo então presidente não foram cumpridas e não houve a descentralização do poder, nem as eleições autárquicas, nem a responsabilização, e nem a prestação do gerenciamento das coisas públicas.

Depois das eleições gerais, JOMAV empossou o novo Primeiro-Ministro, Domingos Simões Pereira (DSP)<sup>25</sup>, e pediu-lhe para tirar o país da letargia em que se encontra, conforme “é a vontade do povo”. José Mário Vaz, na cerimônia no Palácio da Presidência, fez um discurso breve no qual desejou “boa sorte” ao novo primeiro-ministro, com quem se disponibilizou para cooperar. O novo primeiro-ministro guineense diz ser conhecedor da “situação de dificuldade” em que o país se encontra e também da responsabilidade do que é ser chefe do governo. “A partir de hoje começa a tocar, no sentido regressivo, o relógio para num período de quatro anos mudarmos a sorte e o destino desta Nação”, afirmou Simões Pereira<sup>26</sup>.

O novo elenco governamental guineense suscita grandes esperanças quanto à estabilidade política, econômica e social de um país fustigado por sucessivos golpes de Estado, assassinatos misteriosos das figuras públicas e “existe um verdadeiro motivo para essa esperança”, de acordo com Vincent Foucher, pesquisador do International Crisis Group (ICG) contactado pela Deutsche Welle (DW). Ele afirma que os

problemas de fundo no país, exemplificando com uma economia muito frágil, baseada no clientelismo. É isso que explica o caráter um pouco desesperado e violento da luta política [e] no fundo, pequenos grupos da elite político-militar disputam as parcelas do Estado e isso é ainda muito presente. Tudo dependerá da forma como o novo Governo vai gerir os equilíbrios político-econômicos. Essa gestão será decisiva [na política guineense]<sup>27</sup>.

Os guineenses estavam esperançosos que o país vai encontrar os caminhos da estabilidade política para reorganizar de acordo com as demandas da população. Com a tomada de posse do JOMAV e a nomeação do Primeiro-Ministro, o país começou a buscar a autonomia política para delinear algumas metas e suscita a esperança de uma estabilidade política e governativa. Com a formação de um governo de inclusão, vários analistas acreditavam numa saída parcial das cíclicas interrupções democráticas no país.

Vários analistas afirmavam que o novo governo teria um período para “arrumar a casa”. Segundo o pesquisador Foucher, a legitimidade dos novos governantes parece ter elementos

---

24 Ibidem, (s/p).

25 Domingos Simões Pereira, conhecido como DSP, é um político e engenheiro civil. É o atual presidente do PAIGC, foi primeiro-ministro da Guiné-Bissau entre 3 de julho de 2014 e 20 de agosto de 2015 e exerceu a função de Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) entre 2008 e 2012.

26 Rocha (2014, s/p).

27 Ibidem, (s/p).



suficientes e sólidos para “trabalhar bem” do ponto de vista das políticas públicas e da boa governação com a expectativa que o novo Executivo faça avançar o país. Para tal, o Governo liderado por Domingo Simões deverá

adquirir autonomia política suficiente para poder resistir às ameaças de atores políticos que possam ser tentados a regressar a uma solução do tipo violento. Mas ainda persistem alguns problemas, nomeadamente, a pobreza, a fragilidade das instituições, a fraca economia, uma cultura política de influências, conspirações e manipulações podem atrapalhar a continuidade do governo<sup>28</sup>.

Em março de 2015, o Governo da Guiné-Bissau foi à mesa redonda de doadores em Bruxelas com o fito ambicioso: conseguir dos parceiros de ajuda financeira para a estratégia de desenvolvimento do país e saiu de Bruxelas com uma promessa que ronda mais de mil milhões de euros. Tudo isso, era uma proposta para o desenvolvimento do país conhecido como o programa “Terra Ranka – um novo começo para a Guiné-Bissau”<sup>29</sup>. Em Bruxelas, dezenas de países e organizações internacionais compareceram à chamada do país (SAMPAIO, 2015). Para o Primeiro-Ministro guineense, Domingos Simões Pereira,

um voto de confiança" na Guiné-Bissau: "Isso faz-nos sentir bastante mais reconfortados, porque era muito importante, de facto, trazer para Bruxelas uma visão estratégica e partilhá-la com os nossos parceiros e ouvir da parte dos nossos parceiros a disponibilização dos mecanismos necessários para construirmos a parceria necessária para o futuro<sup>30</sup>.

O país, através dos parceiros internacionais, conseguiu realizar a mesa redonda em Bruxelas, pedindo ajuda financeira para delinear o caminho de desenvolvimento, mas o JOMAV não queria participar na mesa redonda de doadores em Bruxelas<sup>31</sup>.

Depois das eleições gerais de 2014 a maioria dos bissau-guineense acreditavam numa “saída” das cíclicas instabilidades políticas que põem em causa o normal funcionamento do Estado e das instituições do país. Com 57 dos 102 deputados na Assembleia Nacional Popular (ANP) eleitos na lista do PAIGC, percebe-se que a população acreditava numa mudança dos paradigmas e que o partido seria capaz de governar sem grandes problemas, pois, o presidente e o Primeiro-ministro são da mesma “cor partidária” e que durante as campanhas eleitorais demonstram o povo

---

28 Ibidem, (s/p).

29 É um plano estratégico e operacional (2015-2020) [Disponível em: <https://bit.ly/2FAeDZk>] que resulta de um consenso nacional, integrando uma larga maioria, um governo de unidade nacional, um apoio deslumbrado dos nossos vizinhos, organizações internacionais e agências de desenvolvimento (CARLOS LOPES In: LUSA, 2019).

30 (Domingos Simões Pereira, in: Sampaio (2015, s/p).

31 Antes da ida da comitiva houve algumas informações de que o Presidente JOMAV não queria tomar parte da mesa redonda organizada pelo governo, mas com a insistência de alguns presidentes sub-regionais, ele acabou por participar na mesa redonda.

guineense a confiança e compatibilidade entre os dois. A melhor frase que traduzia isso é “*ami ku Domingos i dupla*<sup>32</sup>”, isto é, os dois demonstravam a capacidade de poderem trabalhar juntos, o que não veio a concretizar-se e o Primeiro-ministro foi derrubado pelo presidente com as alegadas incompatibilidades pessoais entre os dois. Tais justificativas continuam desencadeando interpretações contraditórias na sociedade guineense.

Depois da organização da mesa redonda circulava a informação de que o Presidente da República iria destituir o governo em um curto espaço de tempo. De fato, cinco meses depois da mesa redonda o governo eleito democraticamente foi destituído pelo Presidente. Para Djaló e Langa (2020), os rumores e o vazamento das informações da intenção do Presidente em destituir o governo fez com que os bissau-guineenses saíssem às ruas, pedindo que o presidente não derrubasse o governo, mas este ignorou o povo e exonerou o Primeiro-ministro Domingos Simões Pereira (DSP), que só se pronunciou depois do decreto que o exonerou. No discurso à nação guineense o Presidente frisou que o poder pertence ao povo, mas não é para estes exercê-lo nas ruas, porque o povo tem os seus representantes que são os deputados. Esta afirmação do Presidente entra em contradição com o que é a democracia como expressão da vontade do povo uma vez que, o povo saiu às ruas, pedindo ao Presidente para não derrubar o governo. Contudo, as vozes e as aclamações do povo não foram ouvidas pelo ex-presidente. Além disso, houve apelo na Assembleia Nacional Popular para que o Presidente não derrubasse o governo.

Para Sampaio (2015b), em decreto presidencial, JOMAV alega sinais tendentes a obstruir a realização da justiça, suscetíveis de pôr em causa a autonomia e independência do judiciário e parte do executivo liderado pelo DSP. Cerca de duas horas antes, JOMAV já tinha feito um discurso à nação e não revelou se iria ou não destituir o Governo, mas mantinha essa possibilidade em aberto. Para os atentos, já havia sinais claros de que ele iria destituir o governo, pois, o presidente afirmou que mesmo que

todos os membros do Governo fossem substituídos, numa remodelação, "a grave crise política que põe em causa o regular funcionamento das instituições não seria provavelmente ultrapassada, na medida em que a questão substantiva é a quebra mútua da relação de confiança com o próprio primeiro-ministro<sup>33</sup>.

Em junho, agravaram-se os sinais de crise de relacionamento entre ambos, que nunca foram explicados publicamente. O Executivo, formado em 3 de julho de 2014, chegou a apresentar uma moção de confiança no Parlamento, que foi aprovada por unanimidade. Mas, o Presidente não observou a confiança que os deputados deram ao Executivo. Depois de algumas tensões, a decisão

---

32 Eu e Domingos Simões Pereira somos dupla.

33 Sampaio (2015, s/p).

foi divulgada pela Rádio Difusão Nacional (RDN), a emissora pública, pouco depois das 23:00 de quarta-feira (13.08). “É demitido o Governo chefiado por Domingos Simões Pereira” (SAMPAIO, 2015b). Com a queda do governo liderado pelo DSP em 2015, o país continua vivendo mais numa instabilidade política constante até os dias atuais. Perante o exposto, podemos asseverar que,

a crise vigente em 2014, não era suficiente para o presidente da República destituir o governo, pois segundo a Constituição da República da Guiné-Bissau, artigo 68º, alínea g) pode nomear e exonerar o Primeiro-Ministro, tendo em conta os resultados eleitorais e ouvidas as forças políticas representadas na Assembleia Nacional Popular. Mas, o presidente da República pode exonerar o Primeiro-Ministro só quando houver grave crise que dificulte o funcionamento das instituições do Estado. Porém, todos os Presidentes da República da Guiné-Bissau têm se apropriado desse artigo da Constituição para demitir o governo vindo das eleições para nomear um governo de seu agrado. Tirando Malam Bacai Sanhá, que não terminou o seu mandato, porque faleceu após uma doença prolongada [...]³⁴.

A citação acima referenciada demonstra alguns problemas que dificultam a consolidação dos princípios democráticos no país. As ambições levaram vários presidentes do país a destituir os governos eleitos democraticamente. Desse as eleições gerais, feitas em 2014 até o início de 2020, JOMAV nomeou oito primeiros-ministros. Normalmente, o presidente deveria nomear só um. Foi o presidente que concluir os cinco anos de mandato³⁵ e bateu *record* ao nomear os oito Primeiros-ministros. Concorreu as eleições presidenciais de 2019 e perdeu. Portanto, isso demonstra a forma como ele exerceu a sua magistratura como o presidente do país.

## 5. A mercantilização da democracia guineense

No mês de setembro de 2020 a Guiné-Bissau completou 47 anos da sua independência e 26 anos da abertura política, com a realização das primeiras eleições gerais em 1994, o país vive numa instabilidade constante e/ou crônica. De 1994 até 2020, vivemos numa situação de sobressaltos, intercalado por uma guerra civil (conhecida como 7 de junho), assassinatos misteriosos de figuras públicas e políticas, e cíclicas crises políticas. As instabilidades políticas têm sido como uma “norma” da democracia guineense. Para a investigadora guineense Udé Fati,

os problemas no país são estruturais e estão presentes não só a[o] nível do Governo, como também a[o] nível de todas as instituições da República e também das organizações da sociedade civil e dos particulares que pretendem desempenhar um papel neste processo". Ainda não foi possível resolver essas questões no país

34 Djaló & Langa (2020, p.24).

35 O mandato do presidente trata-se de transferência de poderes do povo guineenses a que ele exerça e desempenhe um ofício em nome e por conta do povo. Vale salientar que a Guiné-Bissau possui um sistema de governo semipresidencialista.

porque nos falta uma certa responsabilização com o que é o bem comum, com o que é o patrimônio de todos nós<sup>36</sup>.

As cíclicas instabilidades políticas não têm contribuído de forma positiva na efetivação de políticas públicas sólidas. O ensino é um dos setores que podemos considerar como uma unidade dos setores que são afetados pelas instabilidades políticas no país. Até agora não há uma universidade pública em pleno funcionamento. Isso demonstra o desinteresse das elites políticas na resolução dos problemas educacionais. As cíclicas instabilidades políticas e governativas levam-nos a deduzir que se precisa democratizar a própria democracia no país, pois, a democracia só existe no sentido idealista. Quando falamos de democratizar a própria democracia, dizemos que os cidadãos querem ser promotores e executores de atos políticos, querem ser ouvidos e respeitados, e ter a sua presença nos campos políticos de elaboração e de tomada das grandes decisões. No semipresidencialismo - sistema de governo - adotado pelo Estado guineense, nenhum governo eleito democraticamente conseguiu terminar o seu mandato de quatro anos de mandato conforme rege o modelo democrático. Por isso, asseveramos neste texto que a elite política guineense não tem um compromisso sério com os princípios democráticos. A política torna-se como um campo de jogo de interesses pessoais.

A democracia guineense está atrelada, em parte, às questões do clientelismo por parte de alguns deputados na Assembleia Nacional Popular, que não se traduz num compromisso sério com as demandas dos guineenses. A “troca-troca” de partidos políticos tornou-se uma “norma” da prática política na Guiné-Bissau. Outro indício forte da dimensão de ganância, ou aquilo que chamamos de mercantilização da democracia e das eleições políticas, é a metamorfose da função política dos partidos políticos e dos deputados convertidos como os clientes “fiéis” de quem detém mais o poder econômico. Outro aspecto, é que a democracia é tratada como mercadoria, carentes dos princípios basilares que sustentam o modelo democrático que escolhemos. Em linhas gerais, o que se tem na Guiné-Bissau, trata-se de um Estado caracterizado pelo desaparecimento dos princípios e valores constitucionais e o que prevalece são os valores individuais de quem se diz ser “Presidente” ou “deputado”. A compra dos votos tornou-se sinônimo da “livre consciência do deputado”.

A captação ilícita de sufrágio ou aliciamento de eleitores “é a conduta de doar, oferecer, prometer, ou entregar ao eleitor algum bem, ou vantagem em troca de seu voto, inclusive, arranjando-lhe um emprego ou uma função pública”<sup>37</sup>. A lei guineense protege a vontade do eleitor e a sua liberdade de escolher o seu representante. Entretanto, mesmo com as inúmeras situações ilegais, ninguém foi responsabilizado judicialmente. É importante ressaltar que, contudo, há

---

36 Fati, in: Dansó (2020b, s/p).

37 Kaspary e Soares (s/a, p.8).

exceções, existem alguns deputados comprometidos a respeitar os princípios democráticos e que não dão margem para a compra das suas consciências.

Assim sendo, a fatídica questão norteia a nossa análise: quais os motivos das constantes instabilidades políticas no país? Para Kasparly e Soares (s/a), o voto é um instrumento poderoso, pois através dele a Soberania Popular é exercida de forma plena; a soberania popular significa o poder que cada cidadão possui de votar e ser votado, participando, assim, da organização política e governamental. O voto é, portanto, o instrumento para direcionar o destino de um país. Para garantir a paz e a estabilidade política no país é preciso as

"reformas profundas" na democracia guineense, "para evitar a mercantilização da democracia". "O que se assiste hoje, volvidos mais de 20 anos, é a mercantilização da democracia por parte de uma classe política. Naturalmente, a democracia não se faz com este tipo de comportamento e de negócio. A política não é negócio"<sup>38</sup>.

A política guineense está marcada por esquema de corrupção que se caracteriza pela compra de votos, ou aquilo que podemos chamar de compra de consciência de alguns deputados na Assembleia Nacional Popular (ANP) para o apoio político, com interesses obscuros. Estas questões ainda não suscitaram um debate nacional a respeito das regras que orientam as condutas dos "representantes" do povo e do processo de decisões e, em especial, a compra dos votos dos deputados. Parece-nos que isso é uma coisa indiscutível e o silêncio paira na sociedade guineense sobre o problema. Embora, nesse trabalho reconheçamos que houve uma evolução em termo da participação política, a compra e a venda dos votos ainda continua persistente na democracia guineense. Defendemos que a nossa democracia precisa de ser redemocratizada através daquilo que Mendes (2010) chama de uma "mudança de mentalidades".

Retomando algumas discussões anteriores, pode-se ainda, afirmar que quando falamos da mercantilização da democracia, estamos a falar das práticas que não coadunam com os princípios democráticos: estamos a falar da compra dos votos, estamos a falar da venda dos votos, estamos a falar das ambições pessoais em detrimento das ambições coletivas, estamos a falar da imposição dos interesses de um grupelho em detrimento dos interesses nacionais, estamos a falar da transformação do voto em mercadoria, estamos a falar da mercantilização da política, estamos a falar da comercialização dos princípios democráticos, estamos a falar da obscenidade na política e estamos a falar da corruptibilidade da democracia. Portanto, no entendimento de Kasparly e Soares (s/a), o principal perdedor com a compra e a venda dos votos é o próprio eleitor ou deputado que vende seu voto, tendo em vista que com o voto ele vende sua liberdade de escolha e sua dignidade, porque vende sua própria consciência. Para ilustrar algumas das consequências da comercialização da democracia guineense, podemos destacar que:

---

38 Camará, in: Dansó, 2020, s/p).

perde a democracia que fica contaminada e sujeita a políticos desonestos que se valem de todo tipo de mecanismos para conquistar o poder. Perdem nossas crianças que ficarão sem escolas e sem merenda, com os desvios das verbas para a educação e o lazer. Perdem nossos filhos que serão condenados a um futuro sem perspectivas. Perdem os professores que ficarão desestimulados com as péssimas condições de trabalho e os baixos salários. Perdem as famílias dos trabalhadores que não terão o amparo de políticas sociais e habitacionais sérias e eficazes que lhes permita viver em condições mínimas de dignidade. Perdem os pobres, as crianças e os adolescentes que vivem na rua por ausência de um lugar para morar, pois, jamais conseguirão ajuda para sair da indigência extrema<sup>39</sup>.

Perde toda a sociedade, que não vê o resultado profícuo na sua vida, e perde a democracia alicerçada em políticos desonestos. Esse comportamento representa a herança duma cultura não-democrática durante o processo de transição. Mas, hoje não se pode resumir o comportamento desonesto de certos políticos guineenses como uma herança colonial ou estaremos a camuflar as responsabilidades destes, da forma como o país está sendo conduzido atualmente. Portanto,

temos que reconhecer que uma das fraquezas deste [processo de transição democrática] [...] é a ausência de debates e de discussões organizadas sobre os seus diferentes aspectos. A este respeito, é no mínimo lamentável que durante as campanhas eleitorais não tenha havido um debate sério de ideias que pudesse permitir ao eleitorado uma maior lucidez sobre o programa político dos diferentes partidos políticos e líderes políticos [...] neste aspecto, falharam tanto os partidos políticos como a própria sociedade civil emergente. É preciso que os políticos compreendam que o direito à informação, a troca de ideia e a discussão constituem um dos pilares essenciais da democracia. Um povo mantido na ignorância e no obscurantismo jamais poderá ser livre e, conseqüentemente, não pode vangloriar-se de viver num regime democrático<sup>40</sup>.

A transição democrática no país foi através de uma imposição exógena e foi muito salutar no país no que concerne às questões dos direitos, mas temos que aceitar que entramos na transição sem uma preparação para entrar na democracia. Com liberalização política, começou a “corrida” dos políticos para atender as suas concupiscências pessoais. Um debate qualificado no seio das organizações da sociedade civil como da elite política poderia abrir a possibilidade para construir um sólido processo de democratização, de desenvolvimento na Guiné-Bissau e de melhoria das condições de vida da população. Assim, como observa Amartya Sen (2010 apud Candé Monteiro, 2019), o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Para Candé Monteiro (2019), existem múltiplas alternativas que podem ser adotadas para fazer frente às questões que constituem obstáculos ao processo de desenvolvimento e da efetivação de uma democracia sólida. Uma dessas alternativas pode ser encontrada na promoção do crescimento econômico como condições de atrair recursos financeiros para o Estado pode

39 Kaspary & Soares (s/d, p.11).

40 Augel & Cardoso (1996, p.163-164).

cumprir com os seus objetivos. Nesse sentido, “o crescimento econômico pode ajudar não só elevando rendas privadas, mas também possibilitando ao Estado financiar a seguridade social e intervenção governamental ativa”<sup>41</sup>.

Em linhas gerais, a ausência de um debate nacional sobre o modelo democrático que o país deveria adotar teve as suas consequências negativas e graves no processo da construção de uma democracia sólida que se anela construir no país. Faltando esse pressuposto (debate nacional), o país adotou um modelo de uma democracia com um poder elitista e excludente. Alguns atores políticos entendiam a política como um jogo de interesses e, especialmente, o Estado como canal de apropriação dos fundos públicos para se enriquecerem. Essa situação contribuiu, significativamente, para agudizar os conflitos internos, como também não permite os investimentos públicos que ajudam a diminuir às questões de vulnerabilidade e ampliar o acesso à educação e à saúde.

### **Considerações finais**

As narrativas demonstram que não houve um debate qualificado internamente, na sociedade guineense, sobre o modelo democrático e a abertura democrática no país outorga a legação de vários outros partidos sem, no entanto, possuírem ideologias e estruturas políticas de forma clara. Isto posto, a mercantilização da democracia é o resultado da forma como a Guiné-Bissau aderiu ao multipartidarismo: a compra ou a venda de voto forjou à ampliação dos interesses particulares em detrimento dos interesses da nação. Este comportamento tem impactado, negativamente, na consolidação dos princípios democráticos no país e na melhoria das condições sanitárias salutíferas.

A construção de uma nova imagem do país é necessária. Não obstante, a política guineense está marcada pela imprevisibilidade. Vale ressaltar às metamorfoses que os acontecimentos políticos adquirem são passíveis de diferentes prismas analíticos e interpretativo. A primeira atenção é redimensionar os nossos olhares de acordo com os acontecimentos que marcaram a abertura política e compreender a formação da nova elite política que governou o país pós-independência; a segunda atenção seria focar nas questões mediatas e do papel histórico das lutas endógenas e exógenas para abertura política no país; e a terceira seria olhar o processo da mercantilização dos princípios democráticos como ato que visa barganhas pessoais de quem se vendeu ou comprou o voto. Neste sentido, o trabalho não se trata de trazer um olhar unívoco, mas sim, de abrir nele uma pluralidade de vertentes de análise com o fito de compreender a mercantilização da democracia guineense.

Com a mercantilização da “democracia”, o povo da Guiné-Bissau perde porque o resultado do seu voto não se transforma em um elemento importante para provocar as mudanças administrativas do país. A corrupção se reflete na carência de verbas para as obras públicas e

---

41 Sem (2010 apud Candé Monteiro, 2019, p.281).

impede a circulação de riquezas e a geração de emprego (KASPARY E SOARES, s/d). O desvio de recursos públicos “condena” a Guiné-Bissau ao crônico “subdesenvolvimento” e a sua população à extrema pobreza, por essa razão, o combate à corrupção na administração pública guineense deve estar presente na mente, nos corações dos políticos e cidadãos guineenses que devem se preocupar com o desenvolvimento social, e se empenhar na luta por um país melhor para as atuais e futuras gerações.

Assim, a democracia guineense que não se consolidou. Não se consolida a democracia com a venalidade; a venalidade caracteriza, parcialmente, aquilo que tem sido o comportamento político e de alguns deputados. A democracia não se consolida com o mercantilismo, nepotismo, corruptibilidade, mas sim, com a ética e o respeito aos princípios democráticos que pilotam o jogo democrático. A democracia guineense fica resumida às eleições decorrerem de forma justa, livre e transparente, em um clima de paz e tranquilidade. Depois disso, o resto fica a desejar.

Em linhas gerais, o país precisa criar as condições objetivas para mudar o cenário político guineense e renovar o seu processo democrático através daquilo que o sociólogo guineense Mendes (2010) chama de “mudança de mentalidade”, suprimindo os conflitos desnecessários ao ver o outro como adversário e não um inimigo político. Mas, para a concretização disso, os políticos guineenses devem cumprir e respeitar as leis e os princípios democráticos não a partir da seleção do que eles querem cumprir ou não.

## Referências Bibliográficas

AUGEL, Johannes; CARDOSO, Carlos. *Transição democrática na Guiné-Bissau: e outros ensaios*. Instituto nacional de estudos e pesquisa, 1996.

BARRETO, Leonardo. *Quanto de quê?: o debate teórico e os estudos de democratização*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2QdTLtA> / acesso no dia 05/01/2020.

CARDOSO, Carlos. Formação e recomposição da elite política moderna na Guiné-Bissau: Continuidades e rupturas (1910-1999). In: *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2FCq9nh>/ acesso no dia 16/09/2020.

CARDOSO, Carlos. *A formação da elite política na Guiné-Bissau*. Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2Lwjm1b> /acesso no dia 16/09/2020.



CODATO, Adriano; BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Apresentação: Robert Michels, Gramsci e a ciência política contemporânea. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, n. 44, p. 5-10, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/39fVYx3> /acesso no dia 09/01/2020.

DANSÓ, Iancuba. A democracia na Guiné-Bissau está corrompida. DW, Guiné-Bissau, 03 de ago. de 2020b. Disponível em: <https://bit.ly/2Hazvau/> acesso no dia 17 de set. de 2020.

VASCONCELOS RAPOSO, Eduardo de. “As elites políticas brasileiras: uma proposta de abordagem”. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 53, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3c5dnJW/> acesso no dia 16/09/2020.

DJALÓ, Mamadú; LANGA, Ercílio Neves Brandão. *Processo de democratização da Guiné-Bissau (1991-2019)*. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3fFIPyA/> acesso no dia 10/08/2020.

DOS SANTOS, Maria do Carmo Rebouças. Guiné-Bissau à sombra de novo golpe de Estado. OUTRASMÍDIAS, 17 de mar. de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2ZCs1n2/> acesso no dia 14 de set. de 2020.

GUINÉ-BISSAU. Presidente (2014-2020: José Mário Vaz). **Discurso da tomada de posse**. Bissau, 23 jun.2014. Disponível em: <https://bit.ly/30R1umY>. Acesso em: 13/08/2020.

KASPARY, Niedja; SOARES, Ana Carolina. Diga NÃO À CORRUPÇÃO ELEITORAL. Disponível em: <https://bit.ly/3mzqvvr/> acesso no dia 18 de set. de 2020.

LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. *A transição e consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul*. Paz e Terra, 1999.

MENDES, Livonildo Francisco. *Democracia na Guiné-Bissau: por uma mudança de mentalidades*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects in: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). *The African Philosophy Reader*. New York: Routledge, 2002, p. 391-415. Tradução para uso didático de wanderson flor do nascimento. Disponível em: <https://bit.ly/39kOA3M/> acesso no dia 10/12/2020.

PINTO, Bruno César. *Transição democrática e crises institucionais na Guiné-Bissau (1994-2012): os desafios da consolidação democrática*. Dissertação (Mestre em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Universidade estadual de campinas. Campinas, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2Qex5cF/> acesso no dia 13/03/2020.

ROCHA, António. Domingos Simões Pereira toma posse como primeiro-ministro da Guiné-Bissau. DW, Bissau, 03 de jul. de 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3auIa28/> acesso no dia 13/08/2020.

SAMPAIO, Madalena. Presidente da Guiné-Bissau demite Governo. DW, Bissau, 13 de ago. de 2015b. Disponível em: <https://bit.ly/2XY7nNm/> acesso no dia 13/08/2020.

SAMPAIO, Madalena. Mais de mil milhões de euros para a Guiné-Bissau na mesa redonda de Bruxelas. **DW**, Bruxelas, 25 de mar. de 2015a. Disponível em: <https://bit.ly/30TYDcU/> acesso no dia 13/08/2020.

TÉ, Paulo Anós. *Transição democrática na Guiné-Bissau: uma análise sobre a proliferação dos partidos políticos (1991-2018)*. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Humanidades) – Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção, 2019).

VITULLO, Gabriel E. Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica. *Revista de Sociologia e Política*, n. 17, p. 53-60, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/2Oz88YB/> acesso no dia 06/02/2020.